



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS

*Lei Municipal nº. 216, de 11 de janeiro de 2001.*

*São José de Espinharas/PB – Segunda-feira, 07 de junho de 2021.*



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE  
ESPINHARAS

**ANTONIO GOMES DA COSTA NETTO**  
Prefeito

**YAN NOBREGA DE SOUSA**  
Vice-Prefeito

**ARNOBIO SOARES DE SOUSA NETO**  
Secretário de Administração e Recursos Humanos

**RUY RAKSON CORDEIRO ALVES JUNIOR**  
Secretário de Finanças e Serviços de Tesouraria

**DIOGENS AUGUSTO DE MIRANDA**  
Secretário de Educação, Cultura, Esportes e Turismo

**SAULO WANDERLEY DA NÓBREGA LIMA DE  
FARIAS**  
Chefe de Gabinete Civil

**ALUÍSO ALVES DE SOUSA**  
Secretário de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e  
Recursos Hídricos

**RHAISSA LETICIA HORACIO DE SOUSA OLIVEIRA**  
Secretária de Saúde

**MARIA ALVES DOS SANTOS**  
Secretária de Assistência Social, Trabalho, Cidadania  
e Habitação

**EVANILDO DANTAS DE SOUSA**  
Secretário de Obras, Infraestrutura e Serviços  
Públicos

**EDJANE GOMES DE SOUSA**  
Secretária de Controle Interno

### ATOS DO PREFEITO

**LEI Nº. 522 DE 04 DE JUNHO DE 2021.**

**CRIA O ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS, NO MUNICÍPIO DE PATOS – PB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS, ESTADO DA PARAÍBA,** no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica criado na estrutura do Gabinete do Prefeito de São José de Espinharas, o Escritório de Representação, com funcionamento no município de Patos, ambos do Estado da Paraíba.

**Art. 2º.** O Poder Executivo Municipal regulamentará o funcionamento da representação referida no artigo anterior, nos termos da Lei Orgânica do Município.

**Art. 3º.** As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, e serão suplementadas pelo Prefeito Municipal, por decreto caso sejam necessárias.

**Art. 4º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José de Espinharas/PB, Estado da Paraíba, 04 de junho de 2021.

  
**Antonio Gomes da Costa Netto**  
 Prefeito Constitucional

**LEI Nº. 523 DE 04 DE JUNHO DE 2021.**

**INSTITUI NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS - PB A LEI GERAL MUNICIPAL QUE DÁ TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP E AO MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI, DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº. 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E SUAS LEIS COMPLEMENTARES CONSOLIDADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS, ESTADO DA PARAÍBA,** no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPITULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Esta lei regulamenta o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido assegurando ao Microempreendedor

Individual, às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte, doravante simplesmente denominados MEI, ME e EPP, em conformidade com o que dispõe os artigos 146, III, d, 170, IX, e 179 da Constituição Federal e a Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

**§ 1º.** Ressalvado o disposto no Capítulo IV desta lei, toda nova obrigação que atinja as microempresas e empresas de pequeno porte deverá apresentar, no instrumento que a instituiu, especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para cumprimento.

**§ 2º.** Na especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido de que trata o § 1º, deverá constar prazo máximo, quando forem necessários procedimentos adicionais, para que os órgãos fiscalizadores cumpram as medidas necessárias à emissão de documentos, realização de vistorias e atendimento das demandas realizadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte com o objetivo de cumprir a nova obrigação.

**§ 3º.** Caso o órgão fiscalizador descumpra os prazos estabelecidos na especificação do tratamento diferenciado e favorecido, conforme o disposto no § 2º, a nova obrigação será inexigível até que seja realizada visita para fiscalização orientadora e seja reiniciado o prazo para regularização.

**§ 4º.** A ausência de especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido ou da determinação de prazos máximos, de acordo com os §§ 1º e 2º, tornará a nova obrigação inexigível para as microempresas e empresas de pequeno porte.

**§ 5º.** A inobservância do disposto nos §§ 1º a 4º resultará em atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional da atividade empresarial.

**Art. 2º.** Esta lei possui os seguintes capítulos que tratam das suas respectivas normas:

**I - Das Disposições Preliminares**

**II - Do Comitê Gestor Municipal, do Agente de Desenvolvimento e do Espaço do Empreendedor.**

**III - Do Registro e de Legalização de empresários e de pessoas jurídicas**

**IV - Dos Tributos e das Contribuições**

**V - Do Acesso ao Mercado**

**VI - Da Fiscalização Orientadora;**

**VII - Do Associativismo;**

**VIII - Do Estímulo ao Crédito e à Capitalização;**

**IX - Do Estímulo à Inovação;**

**X - Do Acesso à Justiça;**

**XI - Da Educação Empreendedora;**

**XII - Da Agropecuária e dos Pequenos Produtores Rurais;**

**XIII - Do Turismo e da Cultura Local e Regional e suas Modalidades;**

**XIV - Das Disposições Finais e Transitórias.**

**CAPÍTULO II**

**DO COMITÊ GESTOR MUNICIPAL, DO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO E DO ESPAÇO DO EMPREENDEDOR**

**Art. 3º.** A Administração Pública Municipal criará o Comitê Gestor Municipal da Micro e Pequena Empresa composto por:

I - Representantes do Executivo - das secretarias municipais responsáveis pelo Planejamento, pela Fazenda e pelo Desenvolvimento Econômico urbano e rural;

II - Representantes do Legislativo – um representante da Câmara Municipal de Vereadores a ser designado pela Mesa Diretora da Casa.

III - Representantes do Segmento Empresarial – indicados por entidades de âmbito municipal de representação empresarial, com notória atuação local;

IV - Outras representações locais com foco na atividade econômica - técnicos ou dirigentes de entidades de representação rural ou de conselhos municipais e de outras organizações não governamentais e religiosas.

**§ 1º.** O Comitê Gestor Municipal da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas terá como função principal assessorar e auxiliar a administração municipal na implementação desta lei, assim como, apoiar o Agente de Desenvolvimento nomeado, em suas atribuições.

**§ 2º.** O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas promoverá pelo menos uma conferência anual, preferencialmente no mês de outubro, para a qual serão convocados os empresários, instituições parceiras e demais entidades envolvidas no processo de desenvolvimento econômico e de qualificação profissional e empresarial.

**§ 3º.** O Comitê Gestor Municipal da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas será responsável por realizar estudos necessários à implantação da unicidade do processo de registro, legalização e baixa das Micro e Pequenas Empresas locais, devendo para tanto articular as competências da administração pública municipal com as dos demais órgãos de outras esferas públicas envolvidas na formalização empresarial, buscando, em conjunto, compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, sob a perspectiva do usuário.

**§ 4º.** O Comitê Gestor Municipal da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas terá autonomia para definir sua forma de trabalho, devendo realizar reuniões ordinárias com convocação de todos os seus membros.

**§ 5º.** A composição e funcionamento do Comitê Gestor Municipal da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas deverão ser regulamentados por meio de Decreto Municipal.

**§ 6º.** O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas contará com o apoio de uma Secretaria Executiva e do Agente de Desenvolvimento, a quem competirá às ações de cunho operacionais demandadas pelo Comitê e o

fornecimento das informações necessárias às suas deliberações.

**§ 7º.** A Secretaria Executiva mencionada no parágrafo anterior será exercida por servidor indicado pela Presidência do Comitê Gestor e designado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

**§ 8º.** O município, com recursos próprios e/ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas, assegurará recursos suficientes para garantir a estrutura física e a de pessoal necessária à implantação e ao funcionamento do Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas e de sua Secretaria Executiva.

**§ 9º.** O exercício das atividades dos integrantes do Comitê não será remunerado a qualquer título, sendo seus serviços considerados relevantes ao município.

**Art. 4º.** Caberá ao Poder Público Municipal designar o Agente de Desenvolvimento – AD, que responderá diretamente ao gestor público municipal, tendo sua estrutura funcional para a efetivação dos dispositivos na presente lei, observados as especificidades locais.

**§ 1º.** A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais ou comunitárias, individuais ou coletivas, que visem ao cumprimento das disposições e diretrizes contidas na Lei Complementar 123/2006.

**§ 2º.** A indicação do candidato para Agente de Desenvolvimento, a fim de participar da formação básica, deverá obedecer, além dos requisitos previstos no Art. 85-A, § 2º da Lei Complementar 128/2008 e da Lei Complementar 147/2014, do Estatuto Nacional das Micro e Pequenas Empresas, os seguintes critérios:

- a. Ter pretensão de continuidade da escolaridade base sugerida pelo Art. 85-A, § 2º da Lei Complementar 128/2008;
- b. Apresentar parecer de idoneidade, ser comunicativo e exercer liderança e credibilidade perante a comunidade local.

**§ 3º.** O município, com recursos próprios e/ou em parcerias com órgãos dos Governos Estadual e Federal, com as entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, prestará suporte aos referidos agentes na forma de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

**Art. 5º.** A administração pública municipal deve criar e colocar em funcionamento um Espaço destinado ao Empreendedor, com a finalidade de ofertar os seguintes serviços:

- I. Concentrar o atendimento no que se referem a todas as ações burocráticas necessárias à abertura, regularização e baixa no município de empresas, inclusive as ações que envolvam órgãos de outras esferas públicas, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade e agilidade do processo na perspectiva do usuário;
- II. Emissão da Certidão de Zoneamento na área do empreendimento;
- III. Emissão do Alvará Digital;
- IV. Orientação acerca dos procedimentos necessários para a regularização da situação fiscal e tributária dos contribuintes;
- V. Emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária;
- VI. Disponibilizar referências ou prestar atendimento consultivo para empresários e demais interessados em informações de natureza administrativa e mercadológica;
- VII. Disponibilizar acervos físicos e eletrônicos sobre os principais ramos de negócios instalados no município;
- VIII. Viabilizar informações atualizadas sobre captação de crédito para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedor Individual;
- IX. Disponibilizar as informações e meios necessários para facilitar o acesso das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedor Individual local aos processos licitatórios de compras públicas no âmbito municipal.

X. Disponibilizar apoio técnico, estrutura física e logística ao Agente de Desenvolvimento nomeado para as funções previstas no Espaço do Empreendedor;

**Parágrafo único.** Para o disposto nesse artigo, a administração pública municipal deverá reservar recursos no orçamento municipal e também poderá se valer de convênios com outros órgãos públicos e instituições de representação e apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Micro Empreendedor Individual.

### CAPÍTULO III

#### DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

#### DA INSCRIÇÃO E BAIXA

**Art. 6º.** Para os efeitos desta lei, ficam adotados, na íntegra, os parâmetros de definição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (MPE) e Microempreendedor Individual (MEI) constantes, respectivamente, do Capítulo III e do parágrafo primeiro do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como as alterações que vierem a ser feitas por resoluções do Comitê Gestor Federal.

**Art. 7º.** Será assegurado aos empresários e pessoas jurídicas:

I - entrada única de dados e documentos;

II - processo de registro e legalização integrado entre os órgãos e entes envolvidos, por meio de sistema informatizado que garanta:

a) sequenciamento das seguintes etapas: consulta prévia de nome empresarial e de viabilidade de localização, registro empresarial, inscrições fiscais e licenciamento de atividade;

b) criação da base nacional cadastral única de empresas;

III - identificação nacional cadastral única que corresponderá ao número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

**§ 1º.** O sistema de que trata o inciso II do caput deve garantir aos órgãos e entidades integrados:

I - compartilhamento irrestrito dos dados da base nacional única de empresas;

II - autonomia na definição das regras para comprovação do cumprimento de exigências nas respectivas etapas do processo.

**§ 2º.** A identificação nacional cadastral única substituirá para todos os efeitos as demais inscrições, seja ela federal, estadual ou municipal, após a implantação do sistema a que se refere o inciso II do caput, no prazo e na forma estabelecidos pelo CGSIM.

**§ 3º.** É vedado aos órgãos e entidades integrados ao sistema informatizado de que trata o inciso II do caput o estabelecimento de exigências não previstas em lei.

**§ 4º.** A coordenação do desenvolvimento e da implantação do sistema de que trata o inciso II do caput ficará a cargo do CGSIM.

**Art. 8º.** O processo de abertura, registro, alteração e baixa da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e do Microempreendedor Individual (MEI), bem como qualquer exigência para o início de seu funcionamento, deverão ter trâmite especial e simplificado, preferencialmente eletrônico, opcional para o empreendedor, observado o seguinte:

I. Poderá ser dispensado o uso da firma, com a respectiva assinatura autografada, o capital, requerimentos, demais assinaturas, informações relativas ao estado civil e regime de bens, bem como remessa de documentos, na forma estabelecida pelo CGSIM;

II. Ressalvado o disposto na Lei Complementar 123/2006, ficam reduzidos a 0 (zero) todos os custos, inclusive prévios, relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa e encerramento e aos demais itens

relativos ao Microempreendedor Individual, incluindo os valores referentes a taxas, a emolumentos e a demais contribuições relativas aos órgãos de registro, de licenciamento, sindicais, de regulamentação, de anotação de responsabilidade técnica, de vistoria e de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas.

III. O agricultor familiar, definido conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e identificado pela Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP física ou jurídica, bem como o MEI e o empreendedor de economia solidária ficam isentos de taxas e outros valores relativos à fiscalização da vigilância sanitária.

IV. No caso do MEI, a cobrança associativa ou oferta de serviços privados relativos aos atos de que trata o inciso II deste artigo somente poderá ser efetuada a partir de demanda prévia do próprio MEI, firmado por meio de contrato com assinatura autografada, observando-se que:

a) para a emissão de boletos de cobrança, os bancos públicos e privados deverão exigir das instituições sindicais e associativas autorização prévia específica a ser emitida pelo CGSIM.

b) o desrespeito ao disposto neste artigo configurará vantagem ilícita pelo induzimento ao erro em prejuízo do MEI, aplicando-se as sanções previstas em lei.

**Art. 9º.** Fica determinado à Administração Pública Municipal que seja estabelecida visita conjunta dos Órgãos Municipais no ato de vistoria para abertura e ou baixa de inscrição municipal, quando for o caso.

**Art. 10.** Fica criado o documento único de arrecadação que irá abranger as taxas e as Secretarias envolvidas para abertura de microempresa ou empresa de pequeno porte, contemplando a união das taxas relacionadas a Posturas, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e Saúde, e outras que venham a ser criadas.

**Art. 11.** Fica permitido o funcionamento residencial de estabelecimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços cujas atividades estejam de acordo com o Código de Posturas, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente desde que não

acarretem inviabilidade no trânsito, conforme Plano Diretor Municipal e legislação específica.

**Art. 12.** Os requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, no âmbito de suas competências.

**Art. 13.** A administração pública municipal criará, em 06 (seis) meses contados da publicação desta lei, um banco de dados com informações, orientações e instrumentos à disposição dos usuários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, de forma integrada e consolidada, que permitam pesquisas prévias às etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a prover ao usuário a certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade do registro ou da inscrição.

**Art. 14.** Fica instituído o Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto.

**§ 1º.** Para efeitos desta Lei, considera-se atividade de risco alto as atividades que sejam prejudiciais ao sossego público e que tragam riscos ao meio ambiente e que contenham entre outros:

I. material inflamável;

II. aglomeração de pessoas;

III. possam produzir nível sonoro superior ao estabelecido em Lei;

IV. material explosivo;

V. Outras atividades assim definidas em Lei Municipal.

**§ 2º.** Nos casos referidos no caput deste artigo, poderá o município conceder Alvará de Funcionamento Provisório para

o Microempreendedor Individual, para Microempresas e para Empresas de Pequeno Porte:

I. instaladas em área ou edificação desprovidas de regulação fundiária e imobiliária, inclusive habite-se;

II. em residência do microempreendedor individual ou do titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte, na hipótese em que a atividade não gere grande circulação e aglomeração de pessoas. Nessa hipótese, o lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU incidirá apenas sobre a natureza residencial do imóvel.

**Art. 15.** A administração pública municipal e seus órgãos e entidades municipais competentes definirão as atividades cujo grau de risco seja considerado alto e que exigirão vistoria prévia, no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta lei.

I. Na falta de legislação estadual, distrital ou municipal específica relativa à definição do grau de risco da atividade aplicar-se-á resolução do CGSIM, conforme anexos I e II desta Lei.

II. A classificação de baixo grau de risco permite ao empresário ou à pessoa jurídica a obtenção do licenciamento de atividade mediante o simples fornecimento de dados e a substituição da comprovação prévia do cumprimento de exigências e restrições por declarações do titular ou responsável.

III. O disposto neste artigo não é impeditivo da inscrição fiscal.

**Art. 16.** O Alvará de Funcionamento Provisório terá validade de 180 (cento e oitenta) dias, e poderá ser cancelado se após a notificação da fiscalização orientadora não forem cumpridas as exigências estabelecidas pela Administração Municipal, nos prazos por ela definidos.

**§ 1º.** A conversão do Alvará de Funcionamento Provisório em Alvará de Funcionamento será condicionada à apresentação das licenças ou autorizações de funcionamento emitidas pelos órgãos e entidades competentes.

**§ 2º.** Caso os órgãos e entidades competentes não promovam as respectivas vistorias no prazo de vigência do Alvará de Funcionamento Provisório, este se converterá, automaticamente, em definitivo.

**§ 3º.** O Alvará de Funcionamento Provisório será emitido contra a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade pelo empresário ou responsável legal pela sociedade, no qual este firmará compromisso, sob as penas da lei, de observar os requisitos exigidos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, para efeito de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndio.

**§ 4º.** Do Termo de Ciência e Responsabilidade constarão informações sobre as exigências que deverão ser cumpridas com anterioridade ao início da atividade do empresário ou da pessoa jurídica, para a obtenção das licenças necessárias à eficácia plena do Alvará de Funcionamento.

**Art. 17.** O Alvará Provisório será declarado nulo se:

I. Expedido com inobservância de preceitos legais e regulamentares;

II. Ficar comprovada a falsidade ou inexatidão de qualquer declaração ou documento ou o descumprimento do termo de responsabilidade firmado.

III. Após o vencimento da renovação ou quando o contribuinte alterar sua atividade econômica, sem solicitar a substituição do referido Alvará que deve corresponder à sua atividade atual.

**Parágrafo único.** Será pessoalmente responsável pelos danos causados à empresa, município e terceiros os empresários que tiverem seu Alvará Provisório declarado nulo por se enquadrarem no item II do artigo anterior.

**Art. 18.** Fica criado o “Alvará Digital”, caracterizado pela concessão por meio digital, de alvará de funcionamento, inclusive autorizando impressão de documento fiscal, para atividades econômicas em início de atividade no território do município.

**§ 1º.** O pedido de “Alvará Digital” deverá ser precedido pela expedição do formulário de consulta prévia para fins de localização, devidamente deferido pelo órgão competente da Secretaria Municipal de Finanças e Serviços de Tesouraria.

**§ 2º.** Fica disponibilizado no site do município o formulário de aprovação prévia, que será transmitido por meio do mesmo site para a Secretaria de Finanças e Serviços de Tesouraria, a qual deverá responder, em 48 (quarenta e oito) horas, acerca da compatibilidade do local com a atividade solicitada.

**§ 3º.** Os imóveis reconhecidos como de atividades econômicas de acordo com classificação de zoneamento disponibilizada pela administração pública municipal, bem como os profissionais autônomos, terão seus pedidos de consulta prévia para fins de localização respondidos via e-mail em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar do início do expediente seguinte ao dia solicitação.

**§ 4º.** O alvará previsto no caput deste artigo não se aplica no caso de atividades eventuais e de comércio ambulante.

**Art. 19.** Da solicitação do “Alvará Digital”, disponibilizado e transmitido por meio do site do município, constarão, obrigatoriamente, as seguintes informações:

I. Nome do requerente e/ou responsável pela solicitação (contabilista, despachante e/ou procurador).

II. Cópia do registro público de empresário individual ou contrato social ou estatuto e ata, no órgão competente;

III. Termo de responsabilidade modelo padrão, disponibilizado no site do município.

**Art. 20.** Será pessoalmente responsável pelos danos causados à empresa, ao município e/ou a terceiros os que, prestarem informações falsas ou sem a observância das Legislações federal, estadual ou municipal pertinente.

**Art. 21.** A presente lei não exime o contribuinte de promover a regularização perante os demais órgãos competentes, assim como nos órgãos fiscalizadores do exercício profissional.

## CAPÍTULO IV

## DOS TRIBUTOS E DAS CONTRIBUIÇÕES

**Art. 22.** O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) das empresas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) passa a ser feito como dispõe a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no seu capítulo IV.

**Art. 23.** O Microempreendedor Individual poderá recolher os impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, obedecidas as normas específicas previstas nos arts. 18.A, 18.B e 18.C da Lei Complementar nº 123/2006, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

**§ 1º.** O MEI poderá ter sua inscrição automaticamente cancelada após período de 12 (doze) meses consecutivos sem recolhimento ou declarações, independentemente de qualquer notificação, devendo a informação ser publicada no Portal do Empreendedor, na forma regulamentada pelo CGSIM.

**§ 2º.** O município deverá ter regulamentação própria de classificação de risco e o respectivo processo simplificado de inscrição e legalização, em conformidade com a Lei Complementar 123/2006 e com as resoluções do CGSIM para realizar o cancelamento da inscrição do MEI.

**§ 3º.** Fica vedada aos conselhos representativos de categorias econômicas a exigência de obrigações diversas das estipuladas na Lei Complementar 123/2006 para inscrição do MEI em seus quadros, sob pena de responsabilidade.

**§ 4º.** Fica vedado às concessionárias de serviço público o aumento das tarifas pagas pelo MEI por conta da modificação da sua condição de pessoa física para pessoa jurídica.

**§ 5º.** A tributação municipal do imposto sobre imóveis prediais urbanos deverá assegurar tratamento mais favorecido ao MEI para realização de sua atividade no mesmo local em que residir, mediante aplicação da menor alíquota vigente para aquela localidade, seja residencial ou comercial, nos termos



da lei, sem prejuízo de eventual isenção ou imunidade existente.

**§ 6º.** Os imóveis residenciais que também sejam utilizados como empresariais por Microempreendedor Individual, Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, serão considerados unicamente como residenciais para efeito de lançamento e cobrança de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

**§ 7º.** O instituto do MEI é uma política pública que tem por objetivo a formalização de pequenos empreendimentos e a inclusão social e previdenciária:

**I.** A formalização de MEI não tem caráter eminentemente econômico ou fiscal.

**II.** Todo benefício previsto na Lei Complementar 123/2006 aplicável à microempresa estende-se ao MEI sempre que lhe for mais favorável.

**III.** O MEI é modalidade de microempresa.

**IV.** É vedado impor restrições ao MEI relativamente ao exercício de profissão ou participação em licitações, em função da sua respectiva natureza jurídica.

**Art. 24.** Poderá o Executivo, de forma unilateral e diferenciada para cada ramo de atividade, conceder redução do ISS devido por microempresa ou empresa de pequeno porte, hipótese em que será realizado ajuste do valor a ser recolhido.

**Art. 25.** O município poderá estabelecer, independentemente da receita bruta recebida no mês pelo contribuinte, valores fixos mensais para o recolhimento do ISS devido por microempresa que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até **R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)**, ficando a microempresa sujeita a esses valores durante todo o ano-calendário, conforme dispõe o artigo 18, § 18º, da Lei Complementar 123/2006.

**Art. 26.** Poderá ser concedido parcelamento, em parcelas mensais e sucessivas, em condições favorecidas e diferenciadas para as atividades econômicas contempladas pela presente Lei, dos débitos relativos ao ISSQN e aos demais débitos com o município, sob responsabilidade do

microempreendedor individual, de microempresa ou de empresa de pequeno porte, bem como de seu titular ou sócio.

**§ 1º.** As micro e pequenas empresas podem solicitar parcelamento de seus débitos em até 180 meses, sendo que cada parcela não poderá ultrapassar o valor equivalente a 0,3% de seu faturamento.

**§ 2º.** A parcela mínima para os microempreendedores individuais será de **R\$ 50 (cinquenta) Reais**, micro empresas **R\$ 100,00 (cem) Reais**, empresas de pequeno porte **R\$ 200,00 (duzentos) Reais** e, para as demais **R\$ 1.000,00 (um) mil Reais**.

**§ 2º.** Esse parcelamento alcança inclusive débitos inscritos em dívida ativa.

**§ 3º.** O parcelamento será requerido na Secretaria Municipal de Finanças e Serviços de Tesouraria, e contempla débitos municipais que possuam vencimentos anteriores ao ano de 2019.

**§ 4º.** A inadimplência de 03 (três) parcelas consecutivas é causa de rescisão dos efeitos do parcelamento, mediante notificação.

**§ 5º.** As parcelas serão atualizadas monetariamente, anualmente, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

## CAPÍTULO V

### DO ACESSO AOS MERCADOS

**Art. 27.** Nas contratações da administração pública municipal deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as MPE objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

**Art. 28.** Para a ampliação da participação das MPE nas licitações públicas, a administração pública municipal deverá

atuar de forma pró-ativa no convite às MPE locais e regionais para participarem dos processos de licitação.

**Art. 29.** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista mesmo que esta apresente alguma restrição.

**§ 1º.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**§ 2º.** A não regularização da documentação no prazo previsto no § 1º deste artigo implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**Art. 30.** Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

**§ 1º.** Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

**§ 2º.** Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço e/ou menor lance.

**Art. 31.** Ocorrendo o empate citado nos §§ 1º e 2º do artigo 29, o procedimento será o seguinte:

**I.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

**II.** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do artigo 29 desta lei, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**III.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do artigo 29 desta lei, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**§ 1º.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**§ 2º.** O disposto no artigo 29 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**§ 3º.** No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

**Art. 32.** Para o cumprimento do disposto no artigo 29 desta Lei, a administração pública:

**I** - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**;

**II** - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

**III** - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento), por item, do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

**§ 1º.** Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

**§ 2º.** Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

**Art. 33.** Não se aplica o disposto no artigo 32 desta lei quando:

**I** - Os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;

**II** - Não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, sediados local ou regionalmente e, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

**III** - O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

**IV** - A licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Art. 34.** Para contribuir para a ampla participação nos processos licitatórios, o município deverá:

**I** - instituir e manter atualizado cadastro das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente ou na região, com a identificação das linhas de fornecimento de bens e serviços, de modo a possibilitar a divulgação das licitações, além de estimular o cadastramento destas empresas no processo de compras públicas;

**II** - divulgar as compras públicas a serem realizadas, com previsão de datas das contratações, no sítio oficial do município, em murais públicos, jornais ou outras formas de divulgação, inclusive junto às entidades de apoio e

representação das microempresas e das pequenas empresas para divulgação em seus veículos de comunicação;

**III** - padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços a serem contratados, de modo a orientar as microempresas e empresas de pequeno porte e facilitar a formação de parcerias e subcontratações.

**Art. 35.** A aquisição de gêneros alimentícios, salvo razões preponderantes, devidamente justificadas, deverá ser planejada de forma a considerar a capacidade dos fornecedores para disponibilizar produtos frescos e a facilidade de entrega nos locais de consumo, de forma a evitar custos com transporte e armazenamento.

**Parágrafo único.** Preferencialmente, a alimentação fornecida ou contratada por parte dos órgãos da Administração terá o cardápio padronizado e a alimentação balanceada com gêneros usuais do município ou da região.

**Art. 36.** A Administração Municipal incentivará a realização de feiras de produtores e artesãos, assim como apoiará missão técnica para exposição e venda de produtos locais em outros municípios de grande comercialização.

## CAPÍTULO VI

### DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

**Art. 37.** A fiscalização municipal, nos aspectos de posturas, do uso do solo, sanitário, ambiental e de segurança, relativos às microempresas, empresas de pequeno porte e demais contribuintes, deverá ter natureza orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

**Parágrafo único.** Consideram-se incompatíveis com esse procedimento as atividades a que se referem os incisos I a V do § 1º do artigo 14 desta Lei.

**Art. 38.** Nos moldes do artigo anterior, quando da fiscalização municipal, será observado o critério de dupla visita, para

lavratura de auto de infração, exceto na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

**Parágrafo único.** Considera-se reincidência, para fins deste artigo, a prática do mesmo ato no período de 12 (doze) meses, contados do ato anterior.

**Art. 39.** A dupla visita consiste em uma primeira ação, com a finalidade de verificar a regularidade do estabelecimento e em ação posterior de caráter punitivo quando, verificada qualquer irregularidade na primeira visita, não for efetuada a respectiva regularização no prazo determinado.

**Art. 40.** Quando na visita for constatada qualquer irregularidade, será lavrado um Termo de verificação e orientação para que o responsável possa efetuar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, sem aplicação de penalidade.

**§ 1º.** Quando o prazo referido neste artigo, não for suficiente para a regularização necessária, o interessado deverá formalizar com o órgão de fiscalização, um termo de ajuste de conduta, onde, justificadamente, assumirá o compromisso de efetuar a regularização dentro do cronograma que for fixado no Termo.

**§ 2º.** Decorridos os prazos fixados no caput ou no Termo de Ajuste de Conduta - TAC, sem a regularização necessária, será lavrado auto de infração com aplicação de penalidade cabível.

## CAPÍTULO VII

### DO ASSOCIATIVISMO

**Art. 41.** O Poder Executivo poderá adotar mecanismos de incentivo à formação e funcionamento de cooperativas e associações no Município, por meio do:

**I** - Estímulo à forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente;

**II** - estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade, para implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, visando à inclusão da população do município no mercado produtivo, fomentando alternativas para a geração de trabalho e renda;

**III** - criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa e cooperativa destinadas à produção e comercialização para o mercado interno e para exportação;

**Art. 42.** O Poder Executivo municipal poderá incentivar a formação de arranjos produtivos locais, para incrementar a articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre as micro e pequenas empresas pertencentes à uma mesma cadeia produtiva.

## CAPÍTULO VIII

### DO ESTÍMULO AO CRÉDITO E À CAPITALIZAÇÃO

**Art. 43.** A Administração Pública Municipal, para estímulo ao crédito e à capitalização dos empreendedores e das empresas de micro e pequeno porte, reservará em seu orçamento anual percentual a ser utilizado para apoiar programas de crédito e ou garantias, isolados ou suplementarmente aos programas instituídos pelo Estado ou a União, de acordo com regulamentação do Poder Executivo.

**Art. 44.** A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de linhas de microcrédito operacionalizadas através de instituições, tais como cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao empreendedor e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip, dedicadas ao microcrédito com atuação no âmbito do município ou da região.

**Art. 45.** A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de estruturas legais focadas na garantia de crédito com atuação no âmbito do município ou da região.

**Art. 46.** A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a instalação e a manutenção, no município, de cooperativas de crédito e outras instituições financeiras, público e privadas, que tenham como principal finalidade a realização de operações de crédito com microempresas e empresas de pequeno porte.

**Art. 47.** A Administração Pública Municipal fica autorizada a criar Comitê Estratégico de Orientação ao Crédito, coordenado pelo Poder Executivo do Município, e constituído por agentes públicos, associações empresariais, profissionais liberais, profissionais do mercado financeiro, de capitais e/ou de cooperativas de crédito, com o objetivo de sistematizar as informações relacionadas a crédito e financiamento e disponibilizá-las aos empreendedores e às microempresas e empresas de pequeno porte do município, por meio das secretarias municipais competentes.

**§ 1º.** Por meio desse Comitê, a administração pública municipal disponibilizará as informações necessárias aos Empresários das Micro e Pequenas Empresas localizados no município a fim de obter linhas de crédito menos onerosas e com menos burocracia.

**§ 2º.** Também serão divulgadas as linhas de crédito destinadas ao estímulo à inovação, informando-se todos os requisitos necessários para o recebimento desse benefício.

**Art. 48.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar **TERMO DE ADESÃO AO BANCO DA TERRA** (ou seu sucedâneo), com a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, visando à instituição do Núcleo Municipal Banco da Terra no Município (conforme definido na Lei Complementar nº. 93, de 4/2/1996, e Decreto Federal nº. 3.475, de 19/5/2000), para a criação do projeto BANCO da TERRA, cujos recursos serão destinados à concessão de créditos a microempreendimentos do setor rural no âmbito de programas de reordenação fundiária.

## CAPÍTULO IX

### DO ESTÍMULO À INOVAÇÃO

**Art. 49.** A administração pública municipal fica autorizada a conceder os seguintes benefícios, com o objetivo de estimular e apoiar a instalação de condomínios de MPE e incubadoras no município, que sejam de base tecnológica conforme os parâmetros definidos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e que sejam de caráter estratégico para o município:

**I** - Isenção do Imposto Sobre a Propriedade Territorial e Urbana (IPTU) pelo prazo de até 10 (dez) anos incidentes sobre a construção ou acréscimos realizados no imóvel, inclusive quando se tratar de imóveis locados, desde que esteja previsto no contrato de locação que o recolhimento do referido imposto é de responsabilidade do locatário;

**II** - Isenção por até 10 (dez) anos de todas as taxas municipais, atuais ou que venham a ser criadas;

**Art. 50.** A administração pública municipal fica autorizada a incentivar, apoiar e criar, de forma isolada ou em parceria com outras instituições públicas ou privadas, os seguintes instrumentos de apoio à inovação tecnológica:

**I** - Fundo Municipal de Inovação Tecnológica da Micro e Pequena Empresa, com o objetivo de fomentar a inovação tecnológica nas MPE locais;

**II** - Incubadoras de empresas de base tecnológica com o objetivo de incentivar e apoiar a criação, no município, de empresas de base tecnológica;

**III** - Parques Tecnológicos com o objetivo de incentivar e apoiar a criação e a instalação, no município, de empresas de base tecnológica.

**Art. 51.** Os órgãos e entidades públicas municipais, que atuam com foco em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, terão por meta efetuar a aplicação de, no mínimo 20% (vinte por cento) de seus investimentos em projetos de inovação tecnológica das MPE do município.

## SEÇÃO I

### DO FOMENTO ÀS INCUBADORAS, CONDOMÍNIOS

**EMPRESARIAIS E EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA**

**Art. 52.** O Poder Público Municipal manterá programa de desenvolvimento empresarial, podendo instituir incubadoras de empresas, com a finalidade de desenvolver microempresas e empresas de pequeno porte de vários setores de atividade.

**§ 1º.** A Prefeitura Municipal será responsável pela implementação do programa de desenvolvimento empresarial referido no caput deste artigo, por si ou em parceria com entidades de pesquisa e apoio a microempresas e a empresas de pequeno porte, órgãos governamentais, agências de fomento, instituições científicas e tecnológicas, núcleos de inovação tecnológica e instituições de apoio.

**§ 2º.** As ações vinculadas à operação de incubadoras serão executadas em local especificamente destinado para tal fim, ficando a cargo da municipalidade as despesas com aluguel, manutenção do prédio, fornecimento de água e demais despesas de infraestrutura.

**§ 3º.** O prazo máximo de permanência no programa é de 2 (dois) anos para que as empresas atinjam suficiente capacitação técnica, independência econômica e comercial, podendo ser prorrogado por prazo não superior a 2 (dois) anos mediante avaliação técnica. Findo este prazo, as empresas participantes se transferirão para área de seu domínio ou que vier a ser destinada pelo Poder Público Municipal a ocupação preferencial por empresas egressas de incubadoras do município.

**Art. 53.** O Poder Público Municipal poderá criar mini distritos industriais, em local a ser estabelecido por lei, e também indicará as condições para alienação dos lotes a serem ocupados.

**Art. 54.** O Poder Público Municipal apoiará e coordenará iniciativas de criação e implementação de parques tecnológicos, inclusive mediante aquisição ou desapropriação de área de terreno situada no Município para essa finalidade.

**§ 1º.** Para consecução dos objetivos de que trata o presente artigo, a Prefeitura Municipal poderá celebrar instrumentos

jurídicos apropriados, inclusive convênios e outros instrumentos jurídicos específicos, com órgãos da Administração direta ou indireta, federal ou estadual, bem como com organismos internacionais, instituições de pesquisa, universidades, instituições de fomento, investimento ou financiamento, buscando promover a cooperação entre os agentes envolvidos e destes com empresas cujas atividades estejam baseadas em conhecimento e inovação tecnológica.

**§ 2º.** O Poder Público Municipal indicará Secretaria Municipal a quem competirá:

I - zelar pela eficiência dos integrantes do Parque Tecnológico, mediante ações que facilitem sua ação conjunta e a avaliação de suas atividades e funcionamento;

II - fiscalizar o cumprimento de acordos que venham ser celebrados com o Poder Público.

**CAPÍTULO X****DO ACESSO À JUSTIÇA**

**Art. 55.** O Município realizará parcerias com a iniciativa privada, através de convênios com entidades de classe, instituições de ensino superior, ONGs, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e outras instituições semelhantes, a fim de orientar e facilitar às empresas de pequeno porte e microempresas o acesso à justiça, priorizando a aplicação do disposto no artigo 74 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.

**Art. 56.** O Município celebrará parcerias com entidades locais, inclusive com o Poder Judiciário, objetivando a estimulação e utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos de interesse das empresas de pequeno porte e microempresas localizadas em seu território.

**§ 1º.** O estímulo a que se refere o caput deste artigo compreenderá campanhas de divulgação, serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e

favorecido no tocante aos custos administrativos e aos honorários cobrados.

**§ 2º.** Com base no caput deste artigo, o município também poderá formar parceria com Poder Judiciário, OAB e Universidades, com a finalidade de criar e implantar o Setor de Conciliação Extrajudicial, bem como postos avançados do mesmo.

## CAPÍTULO XI

### DO APOIO E DA REPRESENTAÇÃO

**Art. 57.** Para o cumprimento do disposto nesta lei, bem como para desenvolver e acompanhar políticas públicas voltadas à MPE, a administração pública municipal poderá incentivar e apoiar a criação de Fórum Municipal, com a participação dos representantes dos órgãos públicos e das entidades vinculadas ao setor empresarial urbano e rural, além de estimular a participação dos mesmos em fóruns regionais e estaduais.

## CAPÍTULO XII

### DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

**Art. 58.** A administração pública municipal poderá promover parcerias com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos que tenham por objetivo valorizar o papel do empreendedor, disseminar a cultura empreendedora e despertar vocações empresariais, ficando autorizado a:

I - Firmar parcerias ou convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos educacionais, com foco em gestão de pequenos negócios, associativismo, cooperativismo, empreendedorismo e temas afins, nas escolas do município, visando difundir a cultura empreendedora.

**§ 1º.** O disposto neste artigo compreende ações de caráter curricular ou extracurricular voltadas a alunos das escolas públicas e privadas do município.

**§ 2º.** Os projetos referentes a esse artigo também poderão assumir a forma de fornecimento de cursos de qualificação, concessão de bolsas de estudo, complementação de ensino básico público, ações de capacitação de professores, e outras ações que o Poder Público Municipal entender cabíveis para estimular a educação empreendedora.

**Art. 59.** Fica o Poder Público Municipal autorizado a realizar ações de inclusão digital, com o objetivo de promover o acesso de micro e pequenas empresas do Município às novas tecnologias da informação e comunicação e a implantar programa para fornecimento de sinal da rede mundial de computadores em banda larga, via cabo, rádio ou outra forma.

**§ 1º.** Compreendem-se como ações de inclusão digital deste artigo:

I - a abertura ou destinação e manutenção de espaços públicos dotados de computadores para acesso gratuito à Internet;

II - o fornecimento de serviços integrados de qualificação e orientação;

III - a divulgação e a facilitação do uso de serviços públicos oferecidos por meio da Internet.

## CAPÍTULO XIII

### DO ESTÍMULO À FORMALIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS

**Art. 60.** Com o objetivo de incentivar a regularização das atividades empresariais no município fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder às pessoas físicas ou jurídicas que desempenham atividades econômicas, que espontaneamente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a promulgação desta lei, providenciarem sua regularização, os seguintes benefícios:

**I** - Ficarão eximidas de quaisquer penalidades referentes ao período de informalidade;

**II** - Terão reduzidos a 0 (zero) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença, ao cadastro e aos demais itens relativos ao processo de registro.

**III** - Receberão orientação quanto à atividade ou situação em que se encontra o empreendimento em relação a aspectos trabalhistas, metrológicos, sanitários, ambientais e de segurança.

**IV** - Usufruirão de todos os serviços ofertados pelo Espaço do Empreendedor, descritos no artigo 5º desta lei.

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, consideram-se informais as atividades econômicas em funcionamento que não estejam inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e no Cadastro de Contribuintes do município.

#### **CAPÍTULO XIV**

##### **DA AGROPECUÁRIA E DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS**

**Art. 61.** A administração pública municipal fica autorizada a firmar parcerias e formalizar convênios com órgãos públicos com foco no agronegócio, entidades de pesquisa e assistência técnica rural e instituições afins, com o objetivo de melhorar a produtividade e a qualidade produtiva dos pequenos empreendimentos rurais, mediante aplicação de conhecimento técnico na atividade dos pequenos produtores.

**§ 1º.** Das parcerias referidas neste artigo poderão fazer parte sindicatos rurais, cooperativas e entidades da iniciativa privada que tenham condições de contribuir para a implementação de projetos, mediante geração e disseminação de conhecimento, fornecimento de insumos a pequenos produtores rurais; contratação de serviços para a locação de máquinas, equipamentos e abastecimento; e outras atividades rurais de interesse comum.

**§ 2º.** Poderão receber os benefícios das ações referidas no caput deste artigo, pequenos produtores rurais que, em conjunto ou isoladamente, tiverem seus respectivos planos de melhoria aprovados pelo órgão ou secretaria competente da Administração Pública Municipal.

**§ 3º.** Estão compreendidas no âmbito deste artigo atividades para conversão do sistema de produção convencional para sistema de produção orgânico, entendido como tal aquele no qual se adotam tecnologias que otimizam o uso de recursos naturais com objetivo de promover a autossustentação, a minimização da dependência de energias não renováveis, a eliminação do emprego de agrotóxicos, e de outros insumos artificiais tóxicos e de radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção e armazenamento dos gêneros alimentícios.

#### **CAPÍTULO XV**

##### **DO TURISMO E SUAS MODALIDADES**

**Art. 62.** O Poder Público Municipal poderá promover parcerias com órgãos governamentais e não governamentais, entidades de apoio ao desenvolvimento do turismo sustentável, circuitos turísticos e outras instâncias de governança, que visem à melhoria da produtividade e da qualidade de produtos turísticos do município.

**§ 1º.** Das parcerias referidas neste artigo poderão fazer parte Associações e Sindicatos de classe, cooperativas e entidades da iniciativa privada que tenham condições de contribuir para a implementação de projetos, mediante geração e disseminação de conhecimento, fornecimento de insumos às ME, EPP e empreendedores rurais especificamente do setor.

**§ 2º.** Poderão receber os benefícios das ações referidas no caput deste artigo os pequenos empreendimentos do setor turístico, legalmente constituídos, e que tenham realizado seu cadastro junto ao Ministério do Turismo, através do CADASTUR ou outro mecanismo de cadastramento que venha substituí-lo.



**§ 3º.** Competirá à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, juntamente com o COMTUR – Conselho Municipal de Turismo, disciplinar e coordenar as ações necessárias à consecução dos objetivos das parcerias referidas neste artigo, atendidos os dispositivos legais pertinentes.

**§ 4º.** O município concentrará seus esforços no sentido de promover o desenvolvimento do turismo nas modalidades características da região.

## CAPÍTULO XI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 63.** Fica instituído o “Dia Municipal da Micro e Pequena Empresa e do Desenvolvimento”, que será comemorado no dia 05 de outubro de cada ano.

**Parágrafo único.** Nesse dia a ser definido a cada ano corrente, será realizada audiência pública na Câmara dos Vereadores, amplamente divulgada, em que serão ouvidas lideranças empresariais e debatidas propostas de fomento aos pequenos negócios e melhorias da legislação específica.

**Art. 64.** A Secretaria Municipal de Finanças e Serviços de Tesouraria deverá elaborar cartilha para ampla divulgação dos benefícios e vantagens instituídos por esta Lei, especialmente visando à formalização dos empreendimentos informais e aos benefícios do artigo V, do Acesso a Mercado.

**Art. 65.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil subsequente à sua publicação.

**Art. 66.** Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José de Espinharas/PB, Estado da Paraíba, 04 de junho de 2021.

**Antonio Gomes da Costa Netto**  
Prefeito Constitucional

## ANEXO I

### ATIVIDADES DE ALTO RISCO - MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

CNAE	DESCRIÇÃO
0161-0/01	Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas
1510-6/00	Curtimento e outras preparações de couro
1721-4/00	Fabricação de papel
1742-7/01	Fabricação de fraldas descartáveis
2052-5/00	Fabricação de desinfetantes domissanitários
2061-4/00	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos
2062-2/00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento
2063-1/00	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
2092-4/02	Fabricação de artigos pirotécnicos
3104-7/00	Fabricação de colchões
3812-2/00	Coleta de resíduos perigosos
4771-7/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas
4784-9/00	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)

4789-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
4789-0/06	Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos
8122-2/00	Imunização e controle de pragas urbanas
9603-3/04	Serviços de funerárias

**ANEXO II**

(Redação dada pela Resolução CGSIM nº 24, de 10 de maio de 2011)

ATIVIDADES DE ALTO RISCO - EXCETO  
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

CNAE	DESCRIÇÃO
0161-0/01	Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas
1091-1/01	Fabricação de produtos de panificação industrial
1099-6/07	Fabricação de alimentos dietéticos e complementos alimentares
1122-4/04	Fabricação de bebidas isotônicas
1510-6/00	Curtimento e outras preparações de couro
1531-9/02	Acabamento de calçados de couro sob contrato
1532-7/00	Fabricação de tênis de qualquer material
1533-5/00	Fabricação de calçados de material sintético
1539-4/00	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente
1540-8/00	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material
1610-2/01	Serrarias com desdobramento de madeira

1610-2/02	Serrarias sem desdobramento de madeira
1621-8/00	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada
1622-6/01	Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas
1622-6/02	Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais
1622-6/99	Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção
1623-4/00	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira
1629-3/01	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis
1629-3/02	Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis
1710-9/00	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel
1721-4/00	Fabricação de papel
1722-2/00	Fabricação de cartolina e papel-cartão
1731-1/00	Fabricação de embalagens de papel
1732-0/00	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão
1733-8/00	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado
1741-9/01	Fabricação de formulários contínuos
1741-9/02	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório
1742-7/01	Fabricação de fraldas descartáveis
1742-7/02	Fabricação de absorventes higiênicos
1742-7/99	Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente

1749-4/00	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente	2019-3/01	Elaboração de combustíveis nucleares
1811-3/01	Impressão de jornais	2019-3/99	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente
1811-3/02	Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas	2021-5/00	Fabricação de produtos petroquímicos básicos
1812-1/00	Impressão de material de segurança	2022-3/00	Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras
1813-0/01	Impressão de material para uso publicitário	2029-1/00	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente
1813-0/99	Impressão de material para outros usos	2031-2/00	Fabricação de resinas termoplásticas
1821-1/00	Serviços de pré-impressão	2032-1/00	Fabricação de resinas termofixas
1830-0/01	Reprodução de som em qualquer suporte	2033-9/00	Fabricação de elastômeros
1830-0/02	Reprodução de vídeo em qualquer suporte	2040-1/00	Fabricação de fibras artificiais e sintéticas
1830-0/03	Reprodução de software em qualquer suporte	2051-7/00	Fabricação de defensivos agrícolas
1910-1/00	Coquearias	2052-5/00	Fabricação de desinfestantes domissanitários
1921-7/00	Fabricação de produtos do refino de petróleo	2061-4/00	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos
1922-5/01	Formulação de combustíveis	2062-2/00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento
1922-5/02	Rerrefino de óleos lubrificantes	2063-1/00	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
1922-5/99	Fabricação de outros produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino	2071-1/00	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas
1931-4/00	Fabricação de álcool	2072-0/00	Fabricação de tintas de impressão
1932-2/00	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool	2073-8/00	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins
2011-8/00	Fabricação de cloro e álcalis	2091-6/00	Fabricação de adesivos e selantes
2012-6/00	Fabricação de intermediários para fertilizantes	2092-4/01	Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes
2013-4/00	Fabricação de adubos e fertilizantes	2092-4/02	Fabricação de artigos pirotécnicos
2014-2/00	Fabricação de gases industriais	2092-4/03	Fabricação de fósforos de segurança

2093-2/00	Fabricação de aditivos de uso industrial	2312-5/00	Fabricação de embalagens de vidro
2094-1/00	Fabricação de catalisadores	2320-6/00	Fabricação de cimento
2099-1/01	Fabricação de chapas, filmes, papéis e outros materiais e produtos químicos para fotografia	2330-3/01	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda
2099-1/99	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente	2330-3/02	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção
2110-6/00	Fabricação de produtos farmoquímicos	2330-3/03	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção
2121-1/01	Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano	2330-3/04	Fabricação de casas pré-moldadas de concreto
2121-1/02	Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano	2330-3/05	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção
2121-1/03	Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano	2330-3/99	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes
2122-0/00	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	2341-9/00	Fabricação de produtos cerâmicos refratários
2123-8/00	Fabricação de preparações farmacêuticas	2342-7/01	Fabricação de azulejos e pisos
2211-1/00	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	2342-7/02	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos
2212-9/00	Reforma de pneumáticos usados	2349-4/01	Fabricação de material sanitário de cerâmica
2219-6/00	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente	2349-4/99	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente
2221-8/00	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	2391-5/01	Britamento de pedras, exceto associado à extração
2222-6/00	Fabricação de embalagens de material plástico	2391-5/02	Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração
2223-4/00	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	2391-5/03	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras
2229-3/01	Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico	2392-3/00	Fabricação de cal e gesso
2229-3/02	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais	2392-1/02	Fabricação de abrasivos
2229-3/03	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios	2399-1/99	Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente
2229-3/99	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente	2411-3/00	Produção de ferro-gusa
2311-7/00	Fabricação de vidro plano e de segurança	2412-1/00	Produção de ferroligas

2421-1/00	Produção de semi-acabados de aço	2531-4/01	Produção de forjados de aço
2422-9/01	Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não	2531-4/02	Produção de forjados de metais não-ferrosos e suas ligas
2422-9/02	Produção de laminados planos de aços especiais	2532-2/01	Produção de artefatos estampados de metal
2423-7/01	Produção de tubos de aço sem costura	2532-2/02	Metalurgia do pó
2423-7/02	Produção de laminados longos de aço, exceto tubos	2541-1/00	Fabricação de artigos de cutelaria
2424-5/01	Produção de arames de aço	2542-0/00	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias
2424-5/02	Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço, exceto arames	2543-8/00	Fabricação de ferramentas
2431-8/00	Produção de tubos de aço com costura	2550-1/01	Fabricação de equipamento bélico pesado, exceto veículos militares de combate
2439-3/00	Produção de outros tubos de ferro e aço	2550-1/02	Fabricação de armas de fogo, outras armas e munições
2441-5/02	Produção de laminados de alumínio	2591-8/00	Fabricação de embalagens metálicas
2442-3/00	Metalurgia dos metais preciosos	2592-6/01	Fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados
2443-1/00	Metalurgia do cobre	2592-6/02	Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados
2449-1/02	Produção de laminados de zinco	2593-4/00	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal
2449-1/99	Metalurgia de outros metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente	2599-3/01	Serviços de confecção de armações metálicas para a construção
2451-2/00	Fundição de ferro e aço	2599-3/99	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente
2452-1/00	Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas	2610-8/00	Fabricação de componentes eletrônicos
2511-0/00	Fabricação de estruturas metálicas	2621-3/00	Fabricação de equipamentos de informática
2512-8/00	Fabricação de esquadrias de metal	2622-1/00	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática
2513-6/00	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	2631-1/00	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios
2521-7/00	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	2632-9/00	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios
2522-5/00	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos	2640-0/00	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo

2651-5/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle	2790-2/01	Fabricação de eletrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafita para uso elétrico, eletroímãs e isoladores
2652-3/00	Fabricação de cronômetros e relógios	2790-2/02	Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme
2660-4/00	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	2790-2/99	Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente
2670-1/01	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios	2811-9/00	Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários
2670-1/02	Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios	2812-7/00	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas
2680-9/00	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas	2813-5/00	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios
2710-4/01	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios	2814-3/01	Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios
2710-4/02	Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios	2814-3/02	Fabricação de compressores para uso não-industrial, peças e acessórios
2710-4/03	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios	2815-1/01	Fabricação de rolamentos para fins industriais
2721-0/00	Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores	2815-1/02	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos
2722-8/01	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores	2821-6/01	Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios
2722-8/02	Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores	2821-6/02	Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios
2731-7/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	2822-4/01	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios
2732-5/00	Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo	2822-4/02	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios
2733-3/00	Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados	2823-2/00	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios
2740-6/01	Fabricação de lâmpadas	2824-1/01	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial
2740-6/02	Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação	2824-1/02	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não-industrial
2751-1/00	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios	2825-9/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios
2759-7/01	Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios		
2759-7/99	Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios		

2829-1/01	Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios	2869-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios
2829-1/99	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios	2910-7/01	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários
2831-3/00	Fabricação de tratores agrícolas, peças e acessórios	2910-7/02	Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários
2832-1/00	Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios	2910-7/03	Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários
2833-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação	2920-4/01	Fabricação de caminhões e ônibus
2840-2/00	Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios	2920-4/02	Fabricação de motores para caminhões e ônibus
2851-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios	2930-1/01	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões
2852-6/00	Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo	2930-1/02	Fabricação de carrocerias para ônibus
2853-4/00	Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas	2930-1/03	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus
2854-2/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores	2941-7/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores
2861-5/00	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta	2942-5/00	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores
2862-3/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios	2943-3/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores
2863-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios	2944-1/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores
2864-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios	2945-0/00	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias
2865-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios	2949-2/01	Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores
2866-6/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios	2949-2/99	Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente
		3011-3/01	Construção de embarcações de grande porte
		3011-3/02	Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte
		3012-1/00	Construção de embarcações para esporte e lazer
		3031-8/00	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes

3032-6/00	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários	3250-7/02	Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório
3041-5/00	Fabricação de aeronaves	3250-7/03	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda
3042-3/00	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves	3250-7/04	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda
3050-4/00	Fabricação de veículos militares de combate	3250-7/05	Fabricação de materiais para medicina e odontologia
3092-0/00	Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados, peças e acessórios	3250-7/07	Fabricação de artigos ópticos
3099-7/00	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente	3291-4/00	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras
3101-2/00	Fabricação de móveis com predominância de madeira	3292-2/01	Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo
3102-1/00	Fabricação de móveis com predominância de metal	3292-2/02	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional
3103-9/00	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	3299-0/01	Fabricação de guarda-chuvas e similares
3104-7/00	Fabricação de colchões	3299-0/02	Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório
3211-6/01	Lapidação de gemas	3299-0/03	Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos
3211-6/02	Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria	3299-0/04	Fabricação de painéis e letreiros luminosos
3211-6/03	Cunhagem de moedas e medalhas	3299-0/05	Fabricação de aviamentos para costura
3212-4/00	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	3299-0/99	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente
3220-5/00	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios	3511-5/01	Geração de energia elétrica
3230-2/00	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	3812-2/00	Coleta de resíduos perigosos
3240-0/01	Fabricação de jogos eletrônicos	4644-3/01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
3240-0/02	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios não associada à locação	4644-3/02	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário
3240-0/03	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios associada à locação	4671-1/00	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados
3240-0/99	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente	4679-6/01	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares
3250-7/01	Fabricação de instrumentos não-eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório		



4679-6/04	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente	4771-7/03	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos
4679-6/99	Comércio atacadista de materiais de construção em geral	4772-5/00	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
4681-8/01	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR)	4784-9/00	Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP)
4681-8/02	Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (TRR)	4789-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
4681-8/03	Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante	4789-0/06	Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos
4681-8/04	Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto	4789-0/09	Comércio varejista de armas e munições
4681-8/05	Comércio atacadista de lubrificantes	4911-6/00	Transporte ferroviário de carga
4682-6/00	Comércio atacadista de gás liqüefeito de petróleo (GLP)	4912-4/01	Transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual
4683-4/00	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	4912-4/02	Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana
4684-2/01	Comércio atacadista de resinas e elastômeros	4912-4/03	Transporte metroviário
4684-2/02	Comércio atacadista de solventes	4921-3/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal
4684-2/99	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente	4921-3/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana
4687-7/02	Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão	4922-1/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana
4711-3/01	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados	4922-1/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual
4711-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	4922-1/03	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional
4731-8/00	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	4924-8/00	Transporte escolar
4732-6/00	Comércio varejista de lubrificantes	4929-9/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
4771-7/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	4929-9/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
4771-7/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas	4929-9/03	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal

4929-9/04	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional	8630-5/01	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos
4929-9/99	Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente	8630-5/02	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares
4930-2/03	Transporte rodoviário de produtos perigosos	8630-5/03	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas
5211-7/01	Armazéns gerais - emissão de warrant	8630-5/07	Atividades de reprodução humana assistida
5211-7/99	Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis	8630-5/99	Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente
5222-2/00	Terminais rodoviários e ferroviários	8640-2/01	Laboratórios de anatomia patológica e citológica
5223-1/00	Estacionamento de veículos	8640-2/02	Laboratórios clínicos
5240-1/01	Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	8640-2/03	Serviços de diálise e nefrologia
5510-8/01	Hotéis	8640-2/04	Serviços de tomografia
5510-8/02	Apart-hotéis	8640-2/05	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia
5510-8/03	Motéis	8640-2/06	Serviços de ressonância magnética
5821-2/00	Edição integrada à impressão de livros	8640-2/07	Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética
5822-1/00	Edição integrada à impressão de jornais	8640-2/08	Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos
5823-9/00	Edição integrada à impressão de revistas	8640-2/09	Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos
5829-8/00	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos	8640-2/10	Serviços de quimioterapia
5914-6/00	Atividades de exibição cinematográfica	8640-2/11	Serviços de radioterapia
8122-2/00	Imunização e controle de pragas urbanas	9311-5/00	Gestão de instalações de esportes
8230-0/02	Casas de festas e eventos	9312-3/00	Clubes sociais, esportivos e similares
8610-1/01	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências	9319-1/99	Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente
8610-1/02	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências	9321-2/00	Parques de diversão e parques temáticos
		9329-8/01	Discotecas, danceterias, salões de dança e similares

9329-8/99	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
9601-7/01	Lavanderias
9601-7/02	Tinturarias
9601-7/03	Toalheiros
9603-3/01	Gestão e manutenção de cemitérios
9603-3/02	Serviços de cremação
9603-3/03	Serviços de sepultamento
9603-3/04	Serviços de funerárias



**Antonio Gomes da Costa Netto**  
Prefeito Constitucional